

Genealogías Críticas de la Colonialidad en América Latina, África, Oriente

Recebido: 06-09-2017

Aprovado: 24-04-2018

(SEGATO, Rita Laura [et al.]; coordinación general de Karina Andrea Bidaseca. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDAES, 2016. Libro digital, PDF - Programa Sur-Sur)¹

Maria Luiza Walter Costa²

Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente, livro coordenado por Karina Bidaseca e publicado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), surge em um contexto de intensa crise migratória, com cerca de 60 milhões de pessoas deslocando-se de seus locais de origem, o maior contingente desde a Segunda Guerra Mundial. A obra, de elaboração coletiva, deixa evidente as faces do mundo contemporâneo, questionando os silêncios deixados pelo colonialismo. Além disso, objetiva contestar as epistemologias modernas, tendo em vista perspectivas *des-de-coloniais*. O livro está dividido em duas partes. A primeira parte, com sete artigos, aborda a colonialidade de gênero, a partir da América Latina, África e Oriente. Já a segunda parte foca nas genealogias da colonialidade do poder na América Latina e África, e conta com seis artigos e um manifesto final.

Todas as autoras que escrevem na primeira parte do livro criticam o feminismo hegemônico ocidental, que introduz as demandas da categoria “mulher” como se fossem um padrão único. Nesse sentido, pontuam a necessidade de se discutir um feminismo decolonial, tanto na América Latina como em regiões do Sul global (no livro são também abordados os casos das mulheres curdas na Turquia e das saharauis refugiadas no norte da África). É preciso tratar transversalmente a questão de gênero, a partir de perspectivas de classe, raça, etnia e território. Portanto, não há dúvidas de que os artigos trazem uma importante contribuição para a construção de um pensamento que inclua a perspectivas de mulheres subalternizadas.

¹ Disponível em: <<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20160210113648/genealogias.pdf>>> Acesso em jul. de 2017.

² Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Gestão Pública pela Faculdade Unyleya e Mestranda em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino Americanos (ELA-UnB). Email: mluizawc@gmail.com

Na introdução, Bidaseca enfatiza a contribuição deixada por Aníbal Quijano quanto à colonialidade do poder. O conceito foi importante do ponto de vista epistemológico e político, ao influenciar inúmeros movimentos sociais na América Latina e acadêmicos da região a pensar criticamente a modernidade. Rita Segato, antropóloga argentina, expande o conceito de Quijano para os estudos de gênero, colaborando com a literatura feminista descolonial. Ainda, Bidaseca cita as contribuições de María Lugones e Oyéronké Oyewùmi, autoras que discutem a existência ou não de estruturas de gênero em determinados povos antes da intervenção colonial.

Rita Segato contribui com o livro na medida em que analisa as experiências que adquiriu trabalhando dez anos com mulheres indígenas no Brasil em um contexto de expansão do Estado democrático. É importante ressaltar que são escassos os estudos que analisam relações de gênero em comunidades indígenas na academia brasileira. A antropóloga categoriza os tipos de violência sofridos por mulheres indígenas conforme os diferentes lugares em que suas aldeias estão inseridas (se localizadas perto de estradas e rodovias, se inseridas em um ambiente de tráfico de drogas, se ameaçadas pela expansão do agronegócio, etc). Segato argumenta que as diferentes formas de violência sofridas por mulheres indígenas estão relacionadas ao avanço da frente-estatal-empresarial, que incute no modo de vida indígena comunitário valores modernos ocidentais, que derivam do colonialismo. Esse cenário adquiriu forma a partir da expansão territorial do Estado brasileiro nos últimos dez anos e culminou na mutação dos tipos de agressões sofridas por essas mulheres. A sexualidade dessas mulheres é profundamente afetada, por exemplo, pelos princípios cristãos que penetram nas comunidades nativas. Ademais, o olhar pornográfico contribui para a transformação do que a autora chama de “mundo-aldeia”.

Enfim, os significados das subjetividades e corporeidades das indígenas são modificados e apropriados de forma nova. Há uma transição de um patriarcado de baixo impacto, próprio do mundo-aldeia e da vida comunitária, para um patriarcado moderno, com especial dano às mulheres indígenas. Segato faz também uma crítica ao feminismo universalista, que tende a enxergar certos rituais e atos com um olhar moderno ocidental, sem levar em consideração a totalidade dos costumes e cultura de cada povo.

Em seguida, Laura Malosetti Costa descreve a representação das mulheres no Museu Nacional de Belas Artes argentino ao longo do Século XIX, e analisa como o erotismo ocidental moldou o imaginário dos amantes da arte e dos artistas que lá expunham. A autora deixa claro que na metade do Século XIX e no fim da *Belle Époque* o erotismo se modificou para o consumo burguês, tendo em vista as tecnologias que permitiram uma maior difusão da

leitura. Os museus são esferas que refletiram essa transformação. Afinal, suas obras, mais que peças de arte, são capazes de mostrar a cultura da época. Algumas das obras que Costa analisa demonstram o imaginário de beleza da mulher do período, que era completamente representada nos moldes europeus. Ainda, a autora escreve que as esculturas e pinturas refletiam o medo dos homens frente às mudanças de posição das mulheres na sociedade. A autora termina dizendo que Buenos Aires marcou a história mundial do erotismo ao exportar o Tango para o mundo.

Já Karina Bidaseca aborda a vida e morte de Ana Mendieta, artista cubana exilada para os Estados Unidos. Mendieta criticou o feminismo hegemônico por focar exclusivamente na opressão sofrida pela mulher branca, sem levar em consideração os demais segmentos por trás da categoria “mulher”. Uma das intervenções mais significativas de Mendieta foi o novo gênero artístico por ela criado, “*earth-body*”, em que a artista fazia performances com seu próprio corpo. São exemplos disso suas intervenções com sangue, questionando a impureza associada à menstruação. A partir desse contexto, Bidaseca intenta evidenciar um discurso crítico nas ciências sociais que deve ser capaz de abordar a situação de mulheres artistas exiladas cujos sofrimentos envolvem as violências perpetradas pelo colonialismo. A morte de Ana Mendieta foi oficialmente classificada como suicídio, mas houve diversas manifestações que reivindicavam que ela havia sido assassinada por seu marido. O feminicídio, marcado por erotismo e morte, segundo Bidaseca, é a consequência última do patriarcado opressor ao qual Mendieta foi submetida.

Lojo, Mirande e Palermo discutem as estratégias implementadas por algumas mulheres para emancipar-se das amarras impostas pela colonialidade no tocante às diferenças de gênero. Na visão das autoras, o padrão de poder patriarcal colonial se manifesta a partir da voz e da letra, e o processo de rompimento dessa lógica é longo e complexo. Um dos objetivos do ensaio das autoras foi justamente questionar o feminismo ocidental essencialista.

Assim como as autoras precedentes, Alejandra Castillo questiona a suposta história universal das mulheres, que exclui as “mulheres de cor”, categoria que abrange grupos diversos aos do feminismo hegemônico da mulher branca. Ademais, a autora coloca em xeque a política de representação. Afinal, esta deveria abarcar transversalmente a “mulher” nos particularismos de cada grupo que compõe tal categoria. Castillo escreve sobre o pensamento da feminista e historiadora chilena Julieta Kirkwood, que buscou reescrever a história das mulheres no Chile no começo do Século XX. A historiografia de Kirkwood baseou-se em uma perspectiva “desde dentro”, ou seja, desviando-se de papéis naturalmente e historicamente atribuídos às mulheres na narração histórica. Na visão de Kirkwood, a

democracia real, que o feminismo deve buscar, deverá estar sempre em contínua transformação.

A seguir, Rocío Medina Martín, a partir do debate teórico acerca da “agência”, discute as estratégias de resistência das mulheres saharais refugiadas, que podem ser divididas em três gerações. Martín inicia seu texto discorrendo sobre os feminismos descoloniais, com diferentes nomenclaturas conforme a corrente teórica. O que une todos esses feminismos, para a autora, é a luta pela descolonização do feminismo eurocentrado. Nesse contexto, Martín alude à luta anticolonial do povo saharai. Afinal, é só a partir da totalidade do contexto dos saharais – constantemente com seus direitos humanos violados - que se pode entender a resistência dessas mulheres. As saharais foram e são imprescindíveis para a luta de seu povo, funcionando, por exemplo, como gestoras dos acampamentos e como atores políticos. O que Martín enfatiza ao longo do texto é a importância desse caso para refletir sobre as categorias do feminismo hegemônico eurocêntrico, tendo em vista as especificidades de identidades, subjetividades e experiências das mulheres saharais.

Dilan Bozgan escreve sobre o movimento das mulheres curdas na Turquia. A queda dos regimes socialistas a partir da década de 1990 abriu espaço para novas formas de organização dos movimentos sociais, que passaram a adotar estratégias vinculadas a mobilização de massa. Isso resultou em uma maior incorporação e participação política das mulheres nesses espaços. As mulheres curdas, em um primeiro momento, ganharam visibilidade política dentro do Partido de Trabalhadores do Kurdistão (PPK) para, a partir dos anos 2000, construir um movimento de mulheres curdas autônomo. Bozgan demonstra que as feministas turcas, devido ao seu feminismo nacionalista e estatal, consideravam as mulheres curdas como vítimas de um povo atrasado, e na maioria dos estudos, o caso das mulheres curdas ficou silenciado. Enfim, Bozgan buscou em seu artigo tratar da auto-representação das mulheres curdas, a partir de experiências relatadas por elas mesmas. Assim, a autora objetivou ir além da categoria das curdas como “mulheres vítimas do terceiro mundo”.

Na segunda parte do livro - *Genealogías de la colonialidad del poder: África, América Latina* – os pesquisadores escrevem sobre as genealogias críticas da modernidade, sobretudo o pós-colonialismo. Essa seção é finalizada com um manifesto pela imaginação social e política na América, que clama por um questionamento das estruturas sociais hierarquizadas que moldam as sociedades latino-americanas.

Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni inicia seu artigo dizendo que há um interesse permanente entre os africanos em desvendar a história do presente. Faz-se necessário, portanto, resgatar

as genealogias dos encontros coloniais dos europeus com os africanos até a colonialidade dos mercados atual, caracterizada por uma crescente extração dos recursos naturais do continente. Gatsheni divide esse período em oito etapas, por vezes superpostas, que vão desde o Século XV até o contexto atual. Em um primeiro momento, o autor discute a inserção do continente africano no sistema-mundo moderno. Além disso, aborda alguns conceitos que caracterizam a modernidade, baseados no eurocentrismo, no colonialismo e na colonialidade. Ainda, escreve sobre como a Europa se posicionou no centro da história mundial, além de analisar os oito períodos previamente citados. Por fim, Gatsheni evidencia a necessidade de descolonizar o sistema-mundo moderno, sobretudo, em três frentes de descolonização: da epistemologia centrada em um sistema euronorteamericano; das estruturas de poder assimétricas; e do sistema de classificação e hierarquização dos povos.

Em seguida, Jacques Bertrand Mengué Moli escreve sobre o pós-colonialismo na África, que adquire uma dupla dimensão no continente. Uma das dimensões é a crítica do pós-colonialismo “para fora”, orientada para a desconstrução de narrativas justificadoras do imperialismo; a outra é a “para dentro”, em que a crítica é direcionada aos próprios africanos, a fim de questionar o que foi feito na África após as independências. Moli destaca que o pós-colonialismo sofreu grande rejeição entre pensadores africanos, que denunciavam a corrente como homogeneizante e a serviço do capitalismo globalizado.

Eduardo Grüner soma-se aos autores predecessores ao dissertar sobre o conceito de negritude na literatura. O argumento de Grüner é que a Revolução Haitiana, que culminou com a independência do Haiti em 1804, tornou propício o surgimento do conceito de negritude. A Revolução Haitiana foi simbólica por ter sido feita por negros, e não por uma elite *criolla* como no resto da América Latina. Discutindo a novela “Tamango”, de Prospero Mérimée, no Século XIX, Grüner destaca como o evento foi pioneiro em colocar em discussão a questão da negritude no seio da modernidade. Negritude, segundo Grüner, envolve mais que simplesmente a pele negra, apesar de conter tal singularidade: trata também da totalidade da problemática colonial. Outro interessante ponto ressaltado pelo autor diz respeito ao Artigo 14 da Constituição Haitiana de 1805, que dizia que dali em diante todos seriam chamados de negros. O artigo serviu de inspiração literária para autores posteriores, o que demonstra, mais uma vez, a importância do caso haitiano.

Os últimos três autores do livro discutem, ainda que a partir de diferentes perspectivas, a nação. O primeiro deles é Alejandro de Oto, que aborda a relação entre o arquivo e a nação pós-colonial. Para sua análise, Oto baseia-se em conceitos de Aimé Césaire e Frantz Fanon, autores críticos da representação colonial. O autor enfatiza a necessidade de

estudar as fontes das pesquisas, já que em geral os estudos críticos do colonialismo focam somente no debate acerca da política e da epistemologia. Em primeiro lugar, Oto analisa quem produz os documentos que são fonte de investigação. A seguir, o autor discute a seleção e organização dos documentos antes que eles cheguem aos pesquisadores. Para Oto, os arquivos não são neutros: por vezes reproduzem o silenciamento histórico de certos grupos sociais. Ademais, grande parte dos arquivos históricos dos últimos séculos foi produzida a partir da lógica colonial.

Na sequência, Mario Rufer discute a relevância do conceito de “nação” no contexto teórico pós-colonialista. Na visão de Rufer, é importante distinguir os conceitos de nação e Estado. O Estado adquiriu legitimidade para representar uma nação. Ademais, a relação Estado-nação pressupõe uma lógica homogeneizante, em que só há uma cultura e linguagem possíveis. Ainda que se reconheçam os grupos marginalizados, seus sujeitos serão de uma maneira ou de outra parcializados. Em seu trabalho, Rufer analisa como a memória indígena é tratada no discurso nacionalista argentino. Isso porque o lugar de enunciação indígena foi invisibilizado ao longo da história, e a recuperação de sua memória é também um ato político. Um dos objetivos desse processo é mostrar a continuidades das violências perpetradas desde a criação do Estado-nação, representada pela “Conquista do Deserto”. O autor, na parte final do artigo, disserta sobre a Marcha Nacional dos Povos Originários, iniciada no país em 2010. A marcha também foi chamada de o “outro bicentenário”, já que é diversa do bicentenário oficial da nação. Enfim, a Marcha denunciou a barbárie da civilização que estrutura a nação Argentina e reivindicou a restituição das terras indígenas.

O último artigo do livro é de José Guadalupe Gandarilla Salgado, que discute alguns pontos evocados pela obra do filósofo argentino Enrique Dussel “*El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y ‘latino’*”, representante da perspectiva descolonial. Salgado escreve sobre a teoria pós-colonial e sobre seu desdobramento na América Latina com o Grupo de Estudos Subalternos. Além disso, o autor intenta encontrar o ponto comum entre as genealogias pós e descoloniais. Por certo, evidencia a diferença entre ambas genealogias: o identitário.

Por fim, a obra traz o manifesto “*Por una nueva imaginación social y política en América Latina*”, de 2014, escrito e assinado por inúmeros autores latino-americanos. O manifesto reconhece a dificuldade em superar as barreiras instituídas pelas coações políticas e econômicas às quais os países latino-americanos estão submetidos. No entanto, os autores escrevem que as desigualdades na região só poderão ser superadas ao romperem-se as estruturas hierarquizantes de raça, etnicidade, gênero e classe social. Assim, é preciso ir além

das dimensões política e econômica e reconhecer que as desigualdades são fundadas nessas diferenças. Enfim, o manifesto traz que é preciso ter uma nova imaginação política e social, contextual, para a América Latina, que questione os preceitos da modernidade.

Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente tem como principal contribuição a crítica aos legados homogeneizantes do colonialismo, baseados em uma hierarquização social, em que os homens brancos, burgueses e heterossexuais estão no topo. A modernidade traz a noção de sujeito universal e, ao fazer isso, acaba por excluir e silenciar os povos que estão fora do “ser”. Além disso, a obra permite um diálogo entre países e regiões que sofreram processos coloniais que resultaram em desigualdades de gênero, raça, etnia, e classe, como é o caso de países latino-americanos, africanos e asiáticos. Por fim, essa discussão instiga os leitores a produzir conhecimento sob uma lógica *des-de-colonial*, em que a compreensão de mundo de cada povo esteja presente pluriversalmente na epistemologia, na política e na cultura.

É importante ressaltar, porém, que grande parte dos artigos do livro não evidenciou o colonialismo interno que conforma os países do “Sul global” (Dilan Bozgan tem uma importante contribuição nesse sentido, ao evidenciar o pensamento das feministas turcas de que as mulheres curdas precisam ser “salvas”. Ademais, Moli discute sobre o que foi feito internamente nos países africanos pós-independência). Há enormes contradições no interior dessas nações, que reeditam as opressões dos países imperialistas com os países dominados. Não há dúvidas de que o questionamento dos preceitos modernos ocidentais precisa ser feito, mas igualmente importante é perceber que, caso fosse superada a subordinação dos países subdesenvolvidos aos países do “Norte global”, ainda assim haveria diversas contradições internas para se resolver.